

NEWSLETTER SETEMBRO 2015



An Independent Member Of
BKR International - In principal
cities worldwide

www.mca.pt

www.bkr.com

Sede: Lisboa
R. Visconde Moreira de Rey, 14
Linda-A-Pastora
2790-447 Queijas

Telf. 21 424 88 40
Fax. 21 424 88 50

Delegações:
Olhão e Portalegre

EM DESTAQUE

O Decreto-Lei 192/2015 de 11 de setembro aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as administrações públicas (SNC AP)

O SNC - AP integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e o plano de contas multidimensional.

O SNC - AP aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas Reclassificadas.

O membro do Governo responsável pela área das finanças determinará as entidades do Ministério das Finanças que, no ano de 2016, integram a aplicação piloto do SNC – AP.

Os ajustamentos resultantes da mudança das políticas contabilísticas que se verificarem devem ser reconhecidos no saldo de resultados transitados no período em que os itens são reconhecidos e mensurados

De salientar que este Decreto-Lei produz efeitos no dia **1 de janeiro de 2017**, pelo que a prestação de contas relativa ao ano de 2016 a realizar em 2017 é efetuada de acordo com os planos de contabilidade pública em vigor em 2016

LEGISLAÇÃO FISCAL

REGIME FISCAL DE APOIO AO INVESTIMENTO (RFAI) E REGIME DA DEDUÇÃO DOS LUCROS RETIDOS E REINVESTIDOS (DLRR)

A Portaria 297/2015 procede à regulamentação do regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI) e do regime da dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) estabelecidos nos capítulos III e IV do Código Fiscal do Investimento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, com vista a assegurar a aplicação integral das regras previstas no Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 17 de junho, que declara certas categorias de auxílio compatíveis com o mercado interno. A referida portaria define ainda os procedimentos especiais de controlo do montante dos auxílios de Estado com finalidade regional a que se refere o n.º 7 do artigo 23.º do Código Fiscal do Investimento.

[Portaria n.º 297/2015 - Diário da República n.º 184/2015, Série I de 2015-09-21](#)

OUTRA LEGISLAÇÃO

CÓDIGO DO TRABALHO - ALTERAÇÃO

A Lei n.º 120/2015, procede à nona alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela [Lei n.º 7/2009](#), de 12 de fevereiro, reforçando os direitos de maternidade e paternidade, à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 91/2009](#), de 9 de abril, e à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 89/2009](#), de 9 de abril

[Lei n.º 120/2015 - Diário da República n.º 170/2015, Série I de 2015-09-01](#)

REGIME JURIDICO EMPREENDEIMENTOS TURISTICOS - ALTERAÇÕES

O Decreto-Lei 186/2015 procede à quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 39/2008](#), de 7 de março, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, e à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 108/2009](#), de 15 de maio, que estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos.

A Portaria 309/2015 procede à primeira alteração à [Portaria n.º 327/2008](#), de 28 de abril, que aprova o sistema de classificação de estabelecimentos hoteleiros, de aldeamentos turísticos e de apartamentos turísticos.

[Decreto-Lei n.º 186/2015 - Diário da República n.º 172/2015, Série I de 2015-09-03](#)

[Portaria n.º 309/2015 - Diário da República n.º 188/2015, Série I de 2015-09-25](#)

REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS- ALTERAÇÃO

A Lei 132/2015 procede à terceira alteração à [Lei n.º 73/2013](#), de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. De salientar a redução das taxas do IMT a partir de 2017.

[Lei n.º 132/2015 - Diário da República n.º 173/2015, Série I de 2015-09-04](#)

ACESSO A SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES PÚBLICAS

A Lei 133/2015, cria um mecanismo para proteção das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes ao impedir o acesso a subsídios e subvenções públicas a empresas que tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por despedimento ilegal de grávidas.

[Lei n.º 133/2015 - Diário da República n.º 174/2015, Série I de 2015-09-07](#)

ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS – NOVA DENOMINAÇÃO E ESTATUTOS

A Lei 139/2015 transforma a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas em Ordem dos Contabilistas Certificados, e altera o respetivo Estatuto, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 452/99](#), de 5 de novembro, em conformidade com a [Lei n.º 2/2013](#), de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais

[Lei n.º 139/2015 - Diário da República n.º 174/2015, Série I de 2015-09-07](#)

ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS – NOVO ESTATUTO

A lei 140/2015, aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em conformidade com a [Lei n.º 2/2013](#), de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais

[Lei n.º 140/2015 - Diário da República n.º 174/2015, Série I de 2015-09-07](#)

REGIME JURIDICO DE ACESSO E EXERCÍCIO DA ATIVIDADE SEGURADORA E RESSEGURADORA

A lei 147/2015 aprova o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, bem como o regime processual aplicável aos crimes especiais do setor segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a [Diretiva 2009/138/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, procede à quinta alteração ao [Decreto-Lei n.º 12/2006](#), de 20 de janeiro, à primeira alteração ao regime jurídico do contrato de seguro, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 72/2008](#), de 16 de abril, à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 40/2014](#), de 18 de março, e revoga o Decreto de 21 de outubro de 1907 e o [Decreto-Lei n.º 90/2003](#), de 30 de abril

[Lei n.º 147/2015 - Diário da República n.º 176/2015, Série I de 2015-09-09](#)

REGIME JURIDICO DA SUPERVISÃO DE AUDITORIA

A Lei 148/2015 aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, transpondo a [Diretiva 2014/56/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que altera a [Diretiva 2006/43/CE](#) relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, e assegura a execução, na ordem jurídica interna, do [Regulamento \(UE\) n.º 537/2014](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público

[Lei n.º 148/2015 - Diário da República n.º 176/2015, Série I de 2015-09-09](#)

LEI QUADRO DAS FUNDAÇÕES

A Lei 150/2015 altera o Código Civil, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 47 344](#), de 25 de novembro de 1966, e procede à primeira alteração à Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela [Lei n.º 24/2012](#), de 9 de julho

[Lei n.º 150/2015 - Diário da República n.º 177/2015, Série I de 2015-09-10](#)

REGIME JURIDICO DAS CAIXAS ECONÓMICAS

O Decreto-Lei 190/2015, aprova o regime jurídico das caixas económicas. Este diploma determina a classificação das caixas económicas em duas modalidades. caixas económicas anexas e caixas económicas bancárias. Procede ainda à alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e do Código das Associações Mutualistas.

[Decreto-Lei n.º 190/2015 - Diário da República n.º 177/2015, Série I de 2015-09-10](#)

LEI DE ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL

A Lei 151/2015 aprova a Lei de Enquadramento Orçamental. Esta lei estabelece os princípios e as regras orçamentais aplicáveis ao setor das administrações públicas e o regime do processo orçamental, as regras de execução, de contabilidade e reporte orçamental e financeiro, bem como as regras de fiscalização, de controlo e auditoria orçamental e financeira, respeitantes ao perímetro do subsector da administração central e do subsector da segurança social.

[Lei n.º 151/2015 - Diário da República n.º 178/2015, Série I de 2015-09-11](#)

SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILISTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

O Decreto -Lei 192/2015 aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designado SNC-AP, e à quinta alteração ao Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto -Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de março, e pelas Leis n.os 66 -B/2012, de 31 de dezembro, e 83 -C/2013, de 31 de dezembro.

O SNC -AP integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e o plano de contas multidimensional.

O SNC -AP aplica -se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas Reclassificadas.

[Decreto-Lei n.º 192/2015 - Diário da República n.º 178/2015, Série I de 2015-09-11](#)

EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE PERITOS AVALIADORES

A Lei 153/2015 regula o acesso e o exercício da atividade dos peritos avaliadores de imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro da área bancária, mobiliária, seguradora e resseguradora e dos fundos de pensões.

[Lei n.º 153/2015 - Diário da República n.º 179/2015, Série I de 2015-09-14](#)

SNC – ALTERAÇÕES DECORRENTES DA TRANSPOSIÇÃO DA DIRETIVA 2013/34/EU PELO DECRETO-LEI 98/2015, DE 2 DE JUNHO

A Declaração de Retificação n.º 41-A/2015, retifica a [Portaria n.º 218/2015](#), de 23 de julho, do Ministério das Finanças que aprova o Código de Contas, publicada no Diário da República n.º 142, 1.ª série de 23 de julho de 2015.

A Declaração de Retificação n.º 41-B/2015 retifica a [Portaria n.º 220/2015](#), de 24 de julho, do Ministério das Finanças que aprova os modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC, publicada no Diário da República n.º 143, 1.ª série de 24 de julho de 2015.

[Declaração de Retificação n.º 41-A/2015 - Diário da República n.º 184/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-09-21](#)

[Declaração de Retificação n.º 41-B/2015 - Diário da República n.º 184/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-09-21](#)

REGIME JURÍDICO APLICÁVEL ÀS PRÁTICAS COMERCIAIS DESLEAIS DAS EMPRESAS NAS RELAÇÕES COM OS CONSUMIDORES

O Decreto-Lei 205/2015, procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 57/2008](#), de 26 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável às práticas comerciais desleais das empresas nas relações com os consumidores, ocorridas antes, durante ou após uma transação comercial relativa a um bem ou serviço, clarificando a transposição da [Diretiva n.º 2005/29/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2005.

[Decreto-Lei n.º 205/2015 - Diário da República n.º 186/2015, Série I de 2015-09-23](#)

REGIMES JURÍDICOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO E DO FUNDO DE GARANTIA DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO

O Decreto-Lei 210/2015 procede à primeira alteração à [Lei n.º 70/2013](#), de 30 de agosto, que estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho e do fundo de garantia de compensação do trabalho

[Decreto-Lei n.º 210/2015 - Diário da República n.º 188/2015, Série I de 2015-09-25](#)

REGIME GERAL DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS

O Aviso 1/2015 tem como objetivo regulamentar a aplicação da reserva de conservação de fundos próprios prevista no artigo 138.º-D do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. A constituição dessa reserva tem feitos a partir de 1 de janeiro de 2016.

O Aviso 2/2015 estabelece os deveres de informação a observar pelas instituições de crédito na divulgação dos Serviços Mínimos Bancários e das condições de acesso e prestação desses serviços, revogando o Aviso do Banco de Portugal n.º 15/2012, de 13 de dezembro

Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2015 - Diário da República n.º 182/2015, Série II de 2015-09-17

Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2015 - Diário da República n.º 189/2015, Série II de 2015-09-28

RENDAS – COEFICIENTE DE ATUALIZAÇÃO

O artigo 24.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), bem como o n.º 5 do artigo 11.º do Decreto -Lei n.º 294/2009, de 13 de outubro, que aprova o Novo Regime de Arrendamento Rural (NRAR), atribui ao Instituto Nacional de Estatística o apuramento do coeficiente de atualização anual de renda dos diversos tipos de arrendamento. O Aviso 10784/2015 torna publico que o coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento urbano e rural, para vigorar no ano civil de 2016 é de 1,0016.

Aviso n.º 10784/2015 de 15 de setembro de 2015 do Instituto Nacional de Estatística

SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

A Portaria 307/2015, estabelece o regime dos seguros obrigatórios de responsabilidade civil extracontratual, a que se refere o artº 4º do Sistema da Indústria Responsável (SIR), aprovado em anexo ao Decreto-Lei 169/2012, de 1 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 75/2015, de 11 de maio.

[Portaria n.º 307/2015 - Diário da República n.º 187/2015, Série I de 2015-09-24](#)

Programas operacionais / Apoios

[Portaria n.º 268/2015 - Diário da República n.º 170/2015, Série I de 2015-09-01](#)

Estabelece o regime de aplicação do apoio 7.8.3, «Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais», integrado na ação n.º 7.8, «Recursos genéticos», da medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», inserida na área n.º 3, «Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

[Declaração de Retificação n.º 42/2015 - Diário da República n.º 185/2015, Série I de 2015-09-22](#)

Retifica a [Portaria n.º 268/2015](#), de 1 de setembro, do Ministério da Agricultura e do Mar, que estabelece o regime de aplicação do apoio 7.8.3, «Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais», integrado na ação n.º 7.8, «Recursos genéticos», da medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», inserida na área n.º 3, «Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020, publicada no Diário da República, n.º 170, 1.ª série, de 1 de setembro de 2015.

[Portaria n.º 274/2015 - Diário da República n.º 175/2015, Série I de 2015-09-08](#)

Estabelece o regime de aplicação das operações 8.1.1, «Florestação de terras agrícolas e não agrícolas», 8.1.2, «Instalação de sistemas agroflorestais», 8.1.5, «Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas», e 8.1.6, «Melhoria do valor económico das florestas», inseridas na ação 8.1, «Silvicultura sustentável», da medida 8, «Proteção e reabilitação dos povoamentos florestais», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

[Portaria n.º 308/2015 - Diário da República n.º 188/2015, Série I de 2015-09-25](#)

Cria o Programa Empreende Já - Rede de Perceção e Gestão de Negócios e revoga a [Portaria n.º 427/2012](#), de 31 de dezembro

JURISPRUDÊNCIA

INSOLVENCIA – OBRIGAÇÕES FISCAIS

A Circular nº 10/2015 atualiza os entendimentos da Autoridade Tributária e Aduaneira relativamente às obrigações Fiscais das Pessoas Coletivas em situação de Insolvência e revê as instruções anteriormente emitidas.

Circular n.º 10/2015, de 9 de setembro do Gabinete do Diretor Geral

A presente informação destina-se a ser distribuída entre clientes e colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta informação não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem expressa autorização do editor.

Caso deseje obter esclarecimentos adicionais contacte sroc@mca.pt